

GEOGRAFIA DA ABSTENÇÃO ELEITORAL EM 1962 E 1974
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Marina Sant'Anna
Lucy Freire

ABSTRACT

The purpose of this paper is to identify correlates of and analyze variations in voter abstention rates in the State of Rio de Janeiro across elections held under two different political regimes: the first, in 1962, took place during a period characterized by political institutions and practices which closely resembled those of political pluralism and the second, in 1974, under an authoritarian regime.

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao contrário de alguns outros países, o alistamento e o voto são obrigatórios para todos os brasileiros de ambos os sexos, maiores de 18 anos, com exceção dos analfabetos, daqueles que não saibam exprimir-se em língua nacional e daqueles que estejam privados temporária ou definitivamente dos direitos políticos. Qualquer brasileiro nas condições acima especificadas que deixar de se alistar, estará sujeito a penalidades determinadas pela justiça eleitoral, salva obviamente as exceções previstas em lei, ou seja, no caso do alistamento, os maiores de setenta anos, os que se encontram fora do país e os inválidos e no caso do voto aos enfermos, aos que se encontram fora do domicílio e aos funcionários civis e militares em serviço que os impossibilite de votar. O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até sessenta dias após a realização da eleição incorrerá numa multa. Acresce ainda que sem a prova de que votou na última eleição, pagou as respectivas multas ou de que se justificou devidamente, o eleitor ficará privado de uma série de direitos previstos na lei, como por exemplo o recebimento de seus salários ou a realização de qualquer transação imobiliária. Em resumo, o voto é obrigatório no Brasil, considerando-se como abstenção o ato de não comparecer às urnas. Uma vez comparecendo mesmo que seja para anular o seu voto ou deixá-lo em branco, o eleitor é computado como participante efetivo do processo eleitoral. Em função deste fato e de outros mais que serão analisados adiante, não se pode atribuir à abstenção as mesmas motivações que ela tem nos países onde o ato de votar é opcional.

Nesses casos o não comparecimento do eleitor às urnas, provavelmente, representa na sua quase totalidade, com raras exceções, um ato espontâneo de não participação no processo político por não acreditar pelas mais diversas razões ser o voto um instrumento efetivo para resolução de problemas políticos locais (Gray, 1971). Já no caso brasileiro, a ausência do cidadão das cabines eleitorais não representa somente um desejo de não participação política, mas pode significar também ou uma impossibilidade real de presença na eleição ou uma dificuldade de votar oriunda da baixa escolaridade ou da inexperiência do eleitor. Em outras palavras, não é possível explicar através da não participação senão uma parcela da abstenção eleitoral, ou seja o significado da abstenção como indicador da não participação política é relativa e é preciso ter cuidado ao interpretá-lo.

Em função disso, certos autores (Souza, 1976) consideram que o montante de abstenção, ou seja, a relação entre votantes e eleitorado inscrito não tem a mesma utilidade como indicador de maior ou menor participação da população no processo político, devido sobretudo à obrigatoriedade do voto. Outros autores, no entanto, (Lima Júnior, 1982) sugerem que o percentual de abstenção associado aos percentuais de votos nulos e brancos podem ser a expressão de um comportamento político não anômico, mas racional, dado que estes fatos são função do grau de satisfação com o regime político e do grau de credibilidade no processo eleitoral, como instrumento de mudança da situação política. Assim, ainda segundo Lima Júnior (1982), se o eleitorado estiver satisfeito com o regime político, acreditando ~~no~~ no processo eleitoral como instrumento de mudança, as taxas de abstenção serão altas, enquanto os votos nulos e brancos apresentarão percentuais ~~altos~~ ~~altos~~ ~~altos~~ ~~altos~~ ~~altos~~ ~~altos~~ ~~altos~~ ~~altos~~ ~~altos~~ ~~altos~~. Quando, porém o eleitorado não está satisfeito com o regime, as taxas de abstenção variam de acordo com a maior ou menor fé dos eleitores no processo eleitoral como instrumento de mudança. Se a população acreditar que as eleições são uma maneira legítima e efetiva de mudança do sistema político vigente, as taxas de abstenção e de votos nulos e em branco serão baixas, como ocorreu nas eleições de 1974 e 1978, dado que o processo de "abertura" começou no início do ano de 1974. Caso contrário ou seja, se a população não acreditar no voto como instrumento eficiente de mudança política, tanto os percentuais de abstenção como de votos nulos e brancos tenderão a ser altos como ocorreu na eleição de 1970 realizadas no período de maior repressão política no país, desde 1964 (Lima Júnior, 1982). Neste caso o montante de abstenções pode significar um protesto veemente contra a ordem estabelecida.

Mo que diz respeito a variação geral dos percentuais de abstenção, observa-se em primeiro lugar que como a escolha dos ocupantes para os cargos legislativos, seja a nível estadual ou federal e para car-

gos executivos é feita, regra geral, simultaneamente num só pleito, o percentual de abstenção não apresenta variação de um tipo de mandato para o outro pois ao comparecer o eleitor é, automaticamente, obrigado a votar em todos os mandatos em jogo, não sendo possível votar para um só cargo abstando-se de votar nos outros. O mesmo não acontece, por exemplo, com os votos nulos, com os votos brancos e com os válidos, cujos montantes variam de um candidato para o outro. Assim, é perfeitamente viável o eleitor dar um voto válido para um determinado cargo, um nulo para outro e um branco para um outro ainda, mas não é possível estar presente para votar num cargo e ausente para votar no outro, a menos que a eleição para os diversos cargos não tenha sido feita simultaneamente.

Em segundo lugar, constata-se da leitura dos resultados das eleições realizadas no Brasil, a partir de 1945, que a taxa de abstenções varia de uma área para outra e de um período eleitoral para outro, ainda que em menor escala do que os votos partidários e os votos nulos e em branco. Verifica-se ainda que a variação das abstenções tanto no espaço como no tempo é maior do que a variação do número de votantes, não sendo possível portanto explicar através deste último senão uma parcela do primeiro. Estas constatações levam a supor de que há a probabilidade de que a abstenção tenha no Brasil, apesar da compulsoriedade do voto, outros determinantes, não sendo somente a expressão de uma impossibilidade fortuita de parte da população de comparecer às urnas. Em outras palavras, é perfeitamente possível supor-se que a variação espacial assim como a variação temporal da abstenção possa ser explicada em parte pela variação das características sociais, culturais, econômicas, demográficas e políticas no espaço e no tempo.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho foi analisar a variação espacial da participação do eleitorado do Estado do Rio de Janeiro e seus possíveis correlatos em dois pleitos ocorridos sob regimes políticos nacionais totalmente diferentes. Diante disto, procurou-se analisar em primeiro lugar, de várias maneiras, a variação espacial do percentual de abstenção registrado tanto no período eleitoral de 1962, caracterizado por instituições e práticas políticas bastante próximas do pluralismo político, como no caso de 1974 caracterizado por um regime autoritário. Em segundo lugar, procurou-se investigar os correlatos da variação temporal e espacial da participação eleitoral no Estado.

II. METODOLOGIA

1. Justificativa Metodológica

Este trabalho é o primeiro resultado de um estudo mais amplo sobre comportamento eleitoral no Estado do Rio de Janeiro. Metodologicamente, ele pode ser caracterizado como uma investigação "ex-post-facto" desenvolvida através de dados agregados. A opção pela pesquisa do tipo ex-post-facto justifica-se por ser ela o procedimento mais indicado na análise de questões onde a manipulação da variável ou variáveis independentes não é viável, como é o caso do estudo em questão, ou seja a variação espacial da relação entre comportamento eleitoral e os diversos contextos sócio-econômicos regionais. Nestes tipos de análise as distribuições que estão sendo comparadas não estão sob o controle direto do investigador, antes pelo contrário, ocorrem naturalmente. De uma maneira geral, as hipóteses sobre os efeitos das características de certas unidades geográficas não são passíveis de experimentação, uma vez que o pesquisador não pode manipular variáveis como renda média, faixa etária, atividade econômica, local de residência, etc. Ao desenvolver este tipo de pesquisa, o investigador analisa a variação espacial que ele visa, não por manipulação direta da variável em si, mas pela seleção das unidades geográficas nas quais a variável aparece ou não ou onde ela é mais ou menos intensa.

A razão pela qual se denominam os estudos de ocorrência de alguma característica natural como ex-post-facto decorre da necessidade de diferenciá-los dos estudos experimentais onde as variáveis independentes são diretamente manipuladas pelo pesquisador. O termo ex-post-facto (do latim, depois do fato) serve para evidenciar que a pesquisa em questão está sendo desenvolvida depois que a variação das variáveis independentes já foi determinada no curso natural dos acontecimentos. Este é exatamente o caso desse estudo, pois a análise do resultado das eleições é realizado depois que a variação das variáveis sócio-econômicas dos municípios do Estado do Rio de Janeiro já ocorreu, naturalmente, sem intervenção. Kerlinger (1966) sintetiza muito adequadamente este tipo de pesquisa como: "...a pesquisa na qual o pesquisador começa com a observação da variável dependente, para depois estudar as variáveis independentes retrospectivamente nas suas possíveis relações e efeitos com a variável dependente". Assim, o objetivo principal de uma pesquisa ex-post-facto é descobrir ou estabelecer relações causais ou funcionais entre as variáveis. Para maior rigor científico, a utilização do termo funcional, em vez de causal, talvez seja mais adequado pois deixa evidente que a variação de uma variável acompanha a variação de outra, mas que o relacionamento está baseado, na verdade, num complexo sistema de interações, mais do

que numa relação direta de causa e efeito. Ainda que não se possa afirmar com segurança numa investigação ex-post-facto que uma variável depende de outra como nas pesquisas experimentais, é de costume designar uma das variáveis de dependente no caso os resultados eleitorais e as outras como independentes, ou seja, as características sócio-econômicas.

Por outro lado, a opção pela utilização de dados agregados decorreu, em primeiro lugar, pelo fato de que ao contrário dos dados individuais obtidos através da aplicação de inquérito em amostras da população, os "surveys", eles são facilmente obtidos sem grandes despesas ou trabalho, pois regra geral estão disponíveis em publicações oficiais. Em segundo lugar, porque a disponibilidade não dispendiosa dos dados agregados facilita, estimula e possibilita análises comparativas de grande escala, o que seria muito difícil ou quase impossível de se realizar através de "survey". Finalmente, porque este é o tipo mais constante de dados que se dispõe, no sentido de que seu significado e comparabilidade varia pouco de lugar para lugar, de época para época e de uma análise para outra, do que a maioria dos resultados obtidos através de "survey", onde o "bias" do entrevistador assim como do entrevistado, as eventuais distorções advindas de involuntários defeitos da amostragem interferem fazendo variar muito os resultados e por conseguinte as interpretações (Ranney, 1962).

Em decorrência da opção pelo uso de dados agregados, adotou-se no desenvolvimento do estudo uma abordagem comumente denominada de ecológica, onde o objeto estatístico é um grupo de pessoas e não o indivíduo, ou seja as variáveis são porcentagens que descrevem propriedades de grupos e não de indivíduos. Desta forma, para desenvolver tal abordagem achou-se por bem utilizar a metodologia mais apropriada e tipicamente usada em estudos ecológicos de comportamento eleitoral, onde o objetivo principal é compreender o interrelacionamento de partidos políticos e eleitores uns com os outros e com o meio sócio-econômico em que vivem. Assim, em consonância com a definição de Kerlinger (1966), a metodologia adotada neste trabalho constituiu-se primeiro na observação da variável dependente, no caso os percentuais de abstenção eleitoral na sua variação de município a município no Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, estudou-se as variáveis independentes retrospectivamente, também de forma agregada por município, nas suas possíveis relações e efeitos com a variável dependente.

2. Síntese Metodológica

A metodologia utilizada no presente trabalho foi desenvolvida em cinco etapas.

A primeira constituiu-se na identificação dos padrões de abstenção ao longo da dimensão espacial das diferenças entre as várias áreas e da dimensão temporal da mudança entre os dois períodos sob análise. Esta identificação foi realizada mediante o mapeamento da distribuição dos percentuais de abstenção por município nos períodos eleitorais de 1962 e 1974, tendo em vista não só a identificação do padrão de variação espacial da abstenção no Estado, mas também a variação deste padrão de um período para o outro.

A segunda etapa compreendeu uma avaliação da variação destas distribuições no tempo e no espaço, através do cálculo dos parâmetros básicos de análise de qualquer distribuição ou seja média, desvios padrão, covariância e coeficiente da variação.

A terceira etapa constituiu-se numa tentativa de identificação dos pesos dos diversos componentes causais da abstenção. Em decorrência, desenvolveu-se um pequeno "survey" com uma amostra do eleitorado do Estado de quatrocentas pessoas que se abstiveram de votar, duzentas em 1962 e duzentas em 1974, dando uma média de três a quatro pessoas por município em cada eleição. Neste inquérito as pessoas foram solicitadas a informar somente porque não haviam comparecido às eleições em questão. Caso porém a resposta fosse o fato de não estar presente no domicílio no dia da eleição, o cidadão era instado a responder se esta ausência havia sido alheia a sua vontade ou se tinha sido intencional e neste caso porque havia se afastado. O objetivo do desdobramento da questão foi desmistificar a justificativa de abstenção eleitoral por "ausência de domicílio", pois muitas vezes por trás deste rótulo se escondia, quando a ausência não ocorria por motivos de força maior, mas voluntariamente, um desinteresse pelo processo político ou uma revolta contra a situação vigente.

A quarta etapa constituiu-se na identificação das possíveis relações existentes entre a variação do percentual da abstenção, através dos municípios e os valores dos indicadores sócio-econômicos selecionados como fundamentais, segundo o conceitual teórico existente e a disponibilidade de dados. Para tanto desenvolveu-se uma análise de correlação simples de Pearson, que é segundo o referencial teórico a técnica mais apropriada para uma pesquisa do tipo ex-post-facto cuja a finalidade é testar apenas o grau de correlação entre as variáveis e não comprovar a existência de uma relação de causa e efeito.

A quinta etapa foi composta pela explicação da variação no tempo e no espaço dos padrões de abstenção eleitoral observados no Estado através dos índices mais significativos obtidos na análise de correlação. Desta forma, demonstrar-se-á a que variável independente o fenômeno da abstenção está mais associado sem a pretensão no entanto de estabelecer alguma relação de causa e efeito.

3. Limitações de Metodologia

É preciso ressaltar, no entanto, que houve sempre consciência das diversas limitações do uso de uma análise do tipo ex-post-facto e da utilização de dados agregados, consciência esta que norteou sempre o desenvolvimento do trabalho especialmente no que diz respeito à definição dos objetivos a serem alcançados. No que diz respeito à análise do tipo ex-post-facto é de consenso geral que a sua maior limitação é a falta de controle sobre variáveis desconhecidas que, isoladamente ou em conjunto, podem ser responsáveis por variações da variável dependente na análise. No momento em que não há possibilidade de se manipular as variáveis independentes numa situação controlada, fica sempre a possibilidade de que existam variáveis desconhecidas ou inacessíveis que sejam responsáveis pela variação da variável dependente, no caso os resultados eleitorais de cada partido. Acresce ainda que existe o problema da falta de seleção das unidades de análise que é inerente a este tipo de investigação. Devido à impossibilidade de seleção à exposição dos efeitos das variáveis independentes, ninguém pode assegurar que as unidades sob análise, no caso os municípios, são iguais no início do estudo. Uma vez que o pesquisador não tem controle sobre qual a unidade que ficou exposta à experiência e qual não ficou, é possível que alguma variável desconhecida tenha tido mais influência sobre o fenômeno. No caso específico deste estudo, não pode haver seleção das unidades para análise e todas elas apresentam variação da variável dependente. O que não se sabe é se esta variação esteve submetida às variáveis independentes selecionadas ou se houve alguma outra variável mais importante que interferiu. Em decorrência a esta falta de controle da investigação ex-post-facto, a interpretação dos resultados foi muito cuidadosa, pois o risco de interpretações errôneas é muito grande. Quando o relacionamento entre duas variáveis for estabelecido no desenvolvimento do estudo, isto significará apenas que se alcançou uma primeira etapa na resolução da questão. Neste caso o pesquisador tentou estabelecer se o relacionamento é verdadeiro experimentando outras hipóteses alternativas. Em suma, é impossível afirmar que a variação dos resultados eleitorais nos municípios do Estado do Rio de Janeiro é decorrente desta ou daquela variável neste tipo de investigação. O que se pode é identificar somente o grau de correlação entre as diversas distribuições.

Quanto à utilização de dados agregados, reconhece-se também que eles apresentam algumas limitações relevantes. A primeira destas limitações é que os resultados eleitorais oficiais são somente uma imagem aproximada da vontade dos eleitores, uma vez que a possibilidade não percebida da existência de fraudes ou de erros de contagem é sempre viável (Eldersveld e Applegate, 1954). A segunda é que de maneira geral as menores unidades taxionômicas de análise utilizadas pelo censo na coleta de

informações não tem os mesmos limites geográficos que as zonas eleitorais. Desta forma não é possível obter-se as características econômicas, sociais, culturais e demográficas dos eleitores de cada zona eleitoral separadamente, o que inviabiliza e dificulta a determinação da correlação entre os resultados eleitorais e as características dos votantes de cada zona. Assim sendo, torna-se necessário utilizar-se como esquema de superação desta limitação a agregação dos resultados das várias zonas eleitorais contidas em cada unidade de análise do censo, o que obviamente dilui um pouco a precisão da investigação em virtude da generalização das características da população do município todo aos votantes de cada zona. A terceira e mais séria limitação do uso de dados agregados, no entanto, é a sua extrema abrangência para explicar e descrever o comportamento individual aos eleitores. Segundo Olds e Salmon (1948), as estatísticas dos resultados eleitorais pouco revelam sobre o comportamento eleitoral do indivíduo. O conhecimento mais profundo deste último requer que se saiba que tipo de pessoa vota desta ou daquela maneira. Em suma, como afirma Robinson (1950) correlações baseadas em dados agregados não podem fornecer explicações e descrições confiáveis de comportamento individual. Desta forma a utilização de dados agregados deve ficar restrita à análise ou investigação de comportamento de eleitorado, o que não invalida o seu uso uma vez que de acordo com Ranney (1962) eleitorados são unidades de análise política tão válidas quanto eleitores individuais.

4. Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada nos registros oficiais da Justiça Eleitoral, que é o órgão encarregado de guarda de tais informações. Alguns destes resultados estão publicados a nível estadual e nacional em publicações estatísticas e no Diário Oficial do Estado. No entanto, a nível municipal, pouca coisa é encontrada havendo então necessidade de se lançar mão dos registros primitivos guardados pelas zonas eleitorais em cada município. Assim, os dados serão obtidos nas publicações estatísticas da Justiça Eleitoral, nos Diários Oficiais do Estado e nos registros originais das seções eleitorais dos municípios.

III. ABSTENÇÃO ELEITORAL NOS PLEITOS DE 1962 E 1974 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1. Variáveis Causais

De maneira geral, o percentual de abstenções assim como de votos em branco é considerado, por uma grande quantidade de especialistas como um indicador negativo, isto é, como a expressão da insatisfação

do eleitorado. Em outras palavras, pretendem estes autores atribuir invariavelmente a estes três fatos uma causa homogênea. Segundo alguns autores, no entanto, como Lamounier (1980) e Souza (1976), estes fatos não tem uma só causa, antes pelo contrário, apresentam diversos componentes causais. No que diz respeito à abstenção, os resultados obtidos em outros estudos parecem demonstrar que as componentes causais são de três ordens, a saber: desinteresse político, insatisfação com a situação política e dificuldade de votar, esta última por inexperiência, por desinformação ou ainda por impossibilidade real de comparecer às urnas. No presente estudo, os resultados obtidos num pequeno "survey" que foi desenvolvido paralelamente a pesquisa com uma amostra do eleitorado do Estado, ajudaram a discriminar o peso dos diversos componentes causais da abstenção e a sua variação de um período para o outro. Assim, da amostra analisada para o ano de 1962, 46,0% dos elementos componentes declararam-se totalmente desinteressados pelo processo político, enquanto 30,8% abstiveram-se em protesto contra a situação vigente e 24,0% não puderam comparecer realmente para votar por motivos de força maior. Em 1974, apesar do percentual geral da abstenção ter-se reduzido, a distribuição dos pesos dos componentes se alterou provavelmente em decorrência de um outro contexto geral. Assim, dos 200 entrevistados abstencionistas de 1974, cerca de 37,0% declararam-se desinteressados pelo processo político. Esta redução do percentual de desinteressados em relação ao pleito de 1962, talvez se explique em parte pela campanha contra a abstenção que antecedeu ao pleito, e, em parte pela maior credibilidade no voto em função do início de um processo de liberalização na época. Em compensação, o percentual de pessoas que justificaram a sua ausência das urnas como uma forma de protesto contra a situação vigente, isto é 41,0% aumentou talvez porque não estivessem satisfeitos com as práticas do regime autoritário da época. Finalmente, 22,0% dos entrevistados afirmaram não ter comparecido às urnas por motivos alheios a sua vontade, como por exemplo, devido a enfermidade, mortes na família ou ainda dificuldade de acesso ao local de votação. Na verdade, a pequena redução do percentual de pessoas que não compareceram por impossibilidade real de estar presentes às urnas, em relação à eleição de 1962, talvez se explique porque o pleito de 1974 foi o primeiro em que a justiça eleitoral forneceu transporte gratuito (Lei 6.091 de 15.11.1974) aos eleitores da zona rural, facilitando assim o seu comparecimento. Estes resultados confirmam de certa forma o raciocínio de Lima Júnior (1982) de que quando o eleitorado está razoavelmente satisfeito com a situação vigente, as taxas de abstenção tendem a ser mais altas, tendo a componente desinteresse como a maior determinante causal. Se porém, os eleitores estiverem descontentes com o regime, mas, ainda assim acreditarem na possibilidade efetiva de mudança através do voto, em vista de um ambiente mais liberal, o percentual de abstenção tende a ser menor especialmente se a este contexto se somar o efeito de uma campanha contra

o voto nulo, branco e a abstenção, como foi o caso da eleição de 1974. Assim, neste último caso, como a variável causal mais importante foi sem dúvida a intenção de manifestar um protesto, a abstenção do eleitor não pode ser interpretada pela verdadeira acepção etmológica da palavra, ou seja, uma atitude de simples omissão diante de um dever cívico. Antes pelo contrário, tudo leva a crer que se tratou de uma forma inteligente de resposta a uma situação que lhe parecia sem saída, isto é, a abstenção parece ter tido em 1974, ainda que isto possa parecer contraditório, mais a conotação de um "voto" de protesto do que a expressão de desinteresse ou de impossibilidade de votar.

Mesmo que não se possa afirmar com total segurança que em todas as situações os pesos das causas da abstenção é o mesmo que foi encontrado no survey acima citado, dado que a amostra, tendo em vista o eleitorado do Estado não foi das mais desenvolvidas e que há uma probabilidade de distorção da realidade em função não só de um involuntário defeito da amostra, como também de um certo esquecimento das reais motivações da abstenção pela distância temporal destes eventos eleitorais, ainda assim é possível ter-se pelo menos uma idéia do peso de cada componente na determinação das abstenções. É preciso ressaltar no entanto que embora plausível, esta interpretação não pode ser considerada como exaustiva, pois os dados disponíveis não possibilitam segurança total, sendo recomendável portanto investigações futuras mais profundas neste sentido. A única conclusão que se chega é que um só fator causal não explica o montante de abstenções registradas. Na verdade uma explicação satisfatória tem que levar em consideração a existência de diversas variáveis causais, sendo que o peso de cada uma delas pode variar não só de uma época para outra, como também de uma área para outra, de acordo com os diversos contextos temporais ou regionais.

2. Variação no Tempo

O cotejo dos percentuais de abstenção do Estado do Rio de Janeiro com os percentuais de abstenção média do Brasil nas eleições de 1962 e de 1974, ~~revela inicialmente~~ revela inicialmente que o abstencionismo no território fluminense não foi dos mais elevados, estando abaixo da média nacional nos dois pleitos.

TABELA II

CARACTERIZAÇÃO ESTATÍSTICA DO MONTANTE DE ABSTENÇÕES
COMPUTADO NAS ELEIÇÕES DE 1962 E DE 1974

Ano	Características estatísticas	Nº de Municípios do Estado	% Estadual	Média do % dos Municípios	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação (%)
1962		62	18.95	18.36	4.34	23.63
1974		63	16.19	15.90	5.13	32.26

Fonte: Dados básicos do T.R.E. do RJ/Tratamento Estatístico: Autores.

A comparação da tabela acima referida evidencia, ainda que o montante de abstenções registrado nestes dois anos no Estado em relação aos percentuais médios brasileiros das eleições legislativas desde 1945 pode ser classificado como baixo, sendo somente superado pelos resultados nacionais dos anos de 1945 e 1958. Os resultados apresentados na Tabela II demonstram ainda que a taxa de abstenção eleitoral do Estado do Rio de Janeiro diminuiu de um período para o outro. Isto ratifica a afirmação presente no referencial teórico de que a taxa de abstenção durante o sistema multipartidário teve um comportamento errático, enquanto que no período bipartidário declinou sistematicamente (Lima Júnior, 1982). A explicação deste comportamento parece repousar no fato de que tanto a conjuntura como as instituições políticas do sistema multipartidário satisfaziam mais ao eleitorado do que as práticas prevalentes durante o sistema bipartidário. Quando sob o ponto de vista de práticas democráticas, o sistema político atende às aspirações dos eleitores, a necessidade de votar ou de participar não é sentido com a mesma intensidade como durante um regime autoritário, quando a ansiedade por uma mudança é muito maior. Assim sendo, a abstenção eleitoral durante o período pós 64 apresenta sempre taxas ^{mais declinantes} do que o período anterior. ~~Por outro lado, a redução da taxa de abstenção em 1974, no Rio de Janeiro, também pode ser atribuída à intensa campanha contra a abstenção, o voto nulo e o voto em branco, desenvolvida no período que precedeu a eleição.~~ Por outro lado, a redução da taxa de abstenção em 1974, no Rio de Janeiro, também pode ser atribuída à intensa campanha contra a abstenção, o voto nulo e o voto em branco, desenvolvida no período que precedeu a eleição.

3. Variação no Espaço

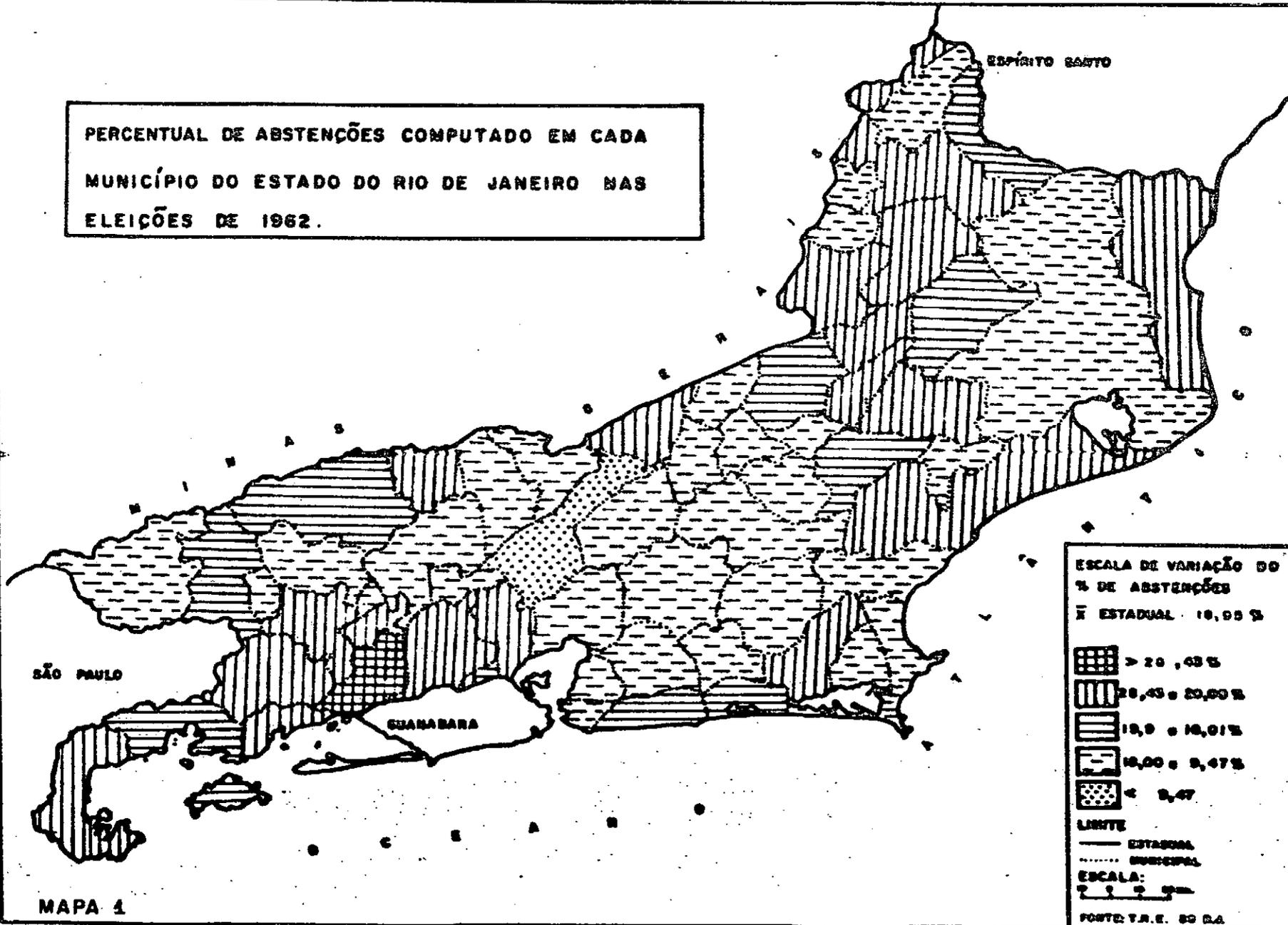
A observação dos Mapas I e II que representam a distribuição geográfica da abstenção nos dois períodos eleitorais evidencia, no entanto, que existiram flutuações significativas a nível de município(1). Assim, em 1962, alguns municípios apresentaram altos níveis de abstenção, isto é, acima de 28%, enquanto outros não chegaram a alcançar uma abstenção de 9%. Em 1974, a situação foi semelhante oscilando os percentuais de mais de 25% a menos de 8%. Constata-se ainda da leitura dos referidos mapas que a distribuição espacial da abstenção não coincidiu nem mesmo em linhas gerais com nenhuma divisão regional do Estado seja econômica, física, funcional ou homogênea. Por outro lado, também não apresentou uma regionalização específica nítida. Assim, por exemplo, não há total contiguidade entre os municípios de uma mesma classe. O máximo que se observa tanto num ano como no outro é a contiguidade de alguns municípios de cada classe, estando a maioria, no entanto, dispersa por todo o território do Estado, misturado a municípios de outras classes. Constata-se ainda da leitura de mapas I e II que em 1962 a maior parte dos municípios ficou compreendida pelas três classes mais próximas da média, enquanto em 1974 os municípios aparecem distribuídos de forma mais equilibrada pelas cinco classes estabelecidas, o que evidencia uma maior variação espacial da abstenção nesta eleição.

A avaliação mais precisa, no entanto, da variação do comportamento do fenômeno da abstenção ao longo do território fluminense foi efetuado através da análise de estatísticas descritivas como o desvio padrão e o coeficiente de variação. Quanto mais baixos forem o desvio padrão e o coeficiente de variação, maior a homogeneidade do comportamento espacial, isto é, menor será a variação dos percentuais de abstenção entre os municípios. A observação da Tabela II revela que em ambos os pleitos a média estadual é superior à média das percentagens dos municípios e que significa que o abstencionismo foi mais intenso nos municípios mais populosos. Outro detalhe sumamente importante na Tabela II é que o coeficiente de variação da abstenção aumentou sensivelmente, apesar do percentual geral da abstenção no Estado ter baixado de um período eleitoral para o outro. Constata-se assim que houve uma redução da regularidade da distribuição espacial da abstenção de uma eleição para outra.

4. Correlatos da Abstenção

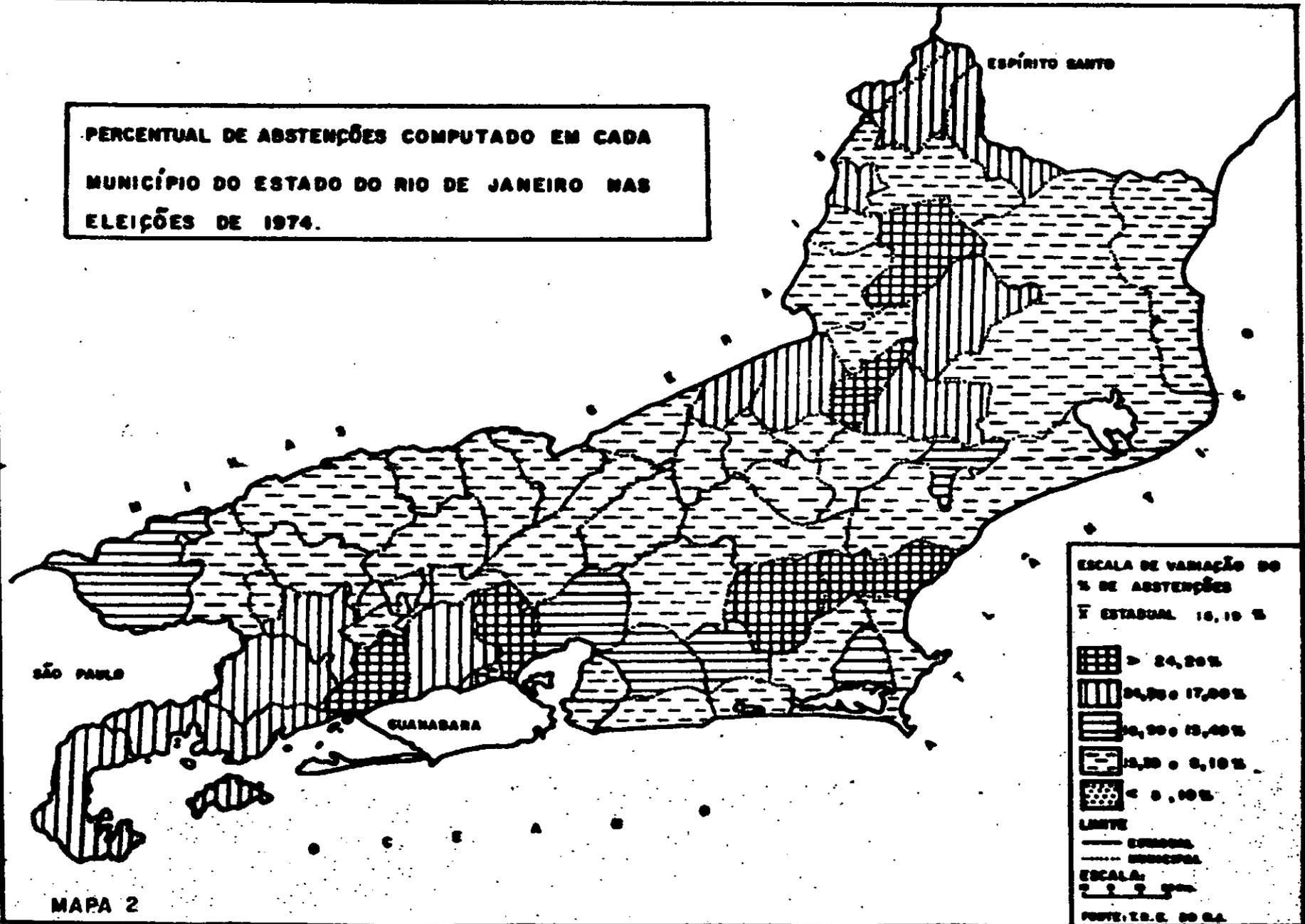
A variação do comportamento político assim como de qualquer comportamento do homem pode ser explicado por uma ampla variedade de fatores sociais, institucionais e psicológicos (Cox, 1966). Por outro lado, estes fatores variam de uma área para outra em função das peculiaridades dos diversos contextos regionais. Em decorrência estes fatores são

PERCENTUAL DE ABSTENÇÕES COMPUTADO EM CADA
MUNICÍPIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NAS
ELEIÇÕES DE 1962.



MAPA 1

PERCENTUAL DE ABSTENÇÕES COMPUTADO EM CADA MUNICÍPIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NAS ELEIÇÕES DE 1974.



ESCALA DE VARIAÇÃO DO % DE ABSTENÇÕES

∑ ESTADUAL 16,10 %

	> 24,20%
	24,20% 17,00%
	16,99% 9,10%
	8,99% 0,10%
	< 0,10%

LIMITE

- ESTADUAL
- MUNICIPAL

ESCALA:

0 2 4 6 8 10

POBRE. T. E. G. DO RJ.

MAPA 2

variáveis importantes para a explicação dos padrões geográficos de comportamento, assim como do comportamento político. Segundo Roberts e Rummage (1965) "fatores como educação, classe social, ocupação e habitação são elementos-chaves na distribuição de votos". Em função deste fato é de se supor que a distribuição espacial da abstenção, entendida como uma forma de comportamento político, varie direta ou indiretamente em proporção à variação das características sócio-econômicas das diversas regiões do Estado.

Tendo em vista a investigação da possível existência desta covariância, desenvolveu-se uma análise de correlação simples entre uma variável, o percentual de abstenções do município, e um elenco de dezessete outras variáveis (indicadores sociais, econômicos, demográficos e culturais - Anexo I). As variáveis sócio-econômicas selecionadas para a pesquisa foram aquelas reconhecidas pela literatura específica existente como as mais intensamente relacionadas, seja sob o ponto de vista funcional como espacial com o comportamento eleitoral dos indivíduos e aquelas que estavam disponíveis para a coleta dos dados dos Censos de 1960 e 1970. O universo de análise foi constituído por todos os municípios componentes do Estado nas duas eleições, ou seja "62" em 1962 e "63" em 1974. Por outro lado, só foram considerados para fins de análise e interpretação dos coeficientes de correlação superiores a $R=.200(2)$, ainda que se reconheça que os índices mais baixos constituam-se em pontos de referência extremamente úteis (Capecchi e Galli, 1969).

A análise comparativa das Figuras I e II e Tabelas III e IV revela, em primeiro lugar, que o fenômeno do abstencionismo eleitoral não apresentou nenhuma correlação muito expressiva com alguma das variáveis sócio-econômicas consideradas. Somente a correlação com a população ativa feminina alcançou um coeficiente de correlação de alguma significância. Os demais coeficientes apresentaram-se grupados em duas classes de níveis não muito elevados. Se por um lado os níveis dos coeficientes não foram muito elevados por outro, o número de correlações que emergiram com algum significado foi bastante expressivo. Das dezoito variáveis independentes consideradas, cerca de dois terços evidenciaram alguma correlação com o fenômeno de abstenção tanto num ano como no outro. Note-se também que o grupo de variáveis que apresentou alguma correlação com a abstenção em 1962 é praticamente o mesmo que apresentou alguma correlação em 1974, o que pode fazer supor que o abstencionismo não é uma ocorrência tão anômica, mas antes pelo contrário pode ser muito estruturada. Constata-se ainda da observação das mencionadas figuras que a maior parte destas correlações foi negativa, ou seja quanto mais intensa a variável, menor o percentual de abstenção e vice-versa. Apenas uma variável apresentou uma correlação positiva, a saber o efetivo de população ocupado em atividades primárias. Finalmente cabe ressaltar que as correlações que emergiram apre-

Figura I

CORRELAÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS ENTRE A ABSTENÇÃO E AS VARIÁVEIS SOCIO-ECONÔMICAS NA ELEIÇÃO DE 1962 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

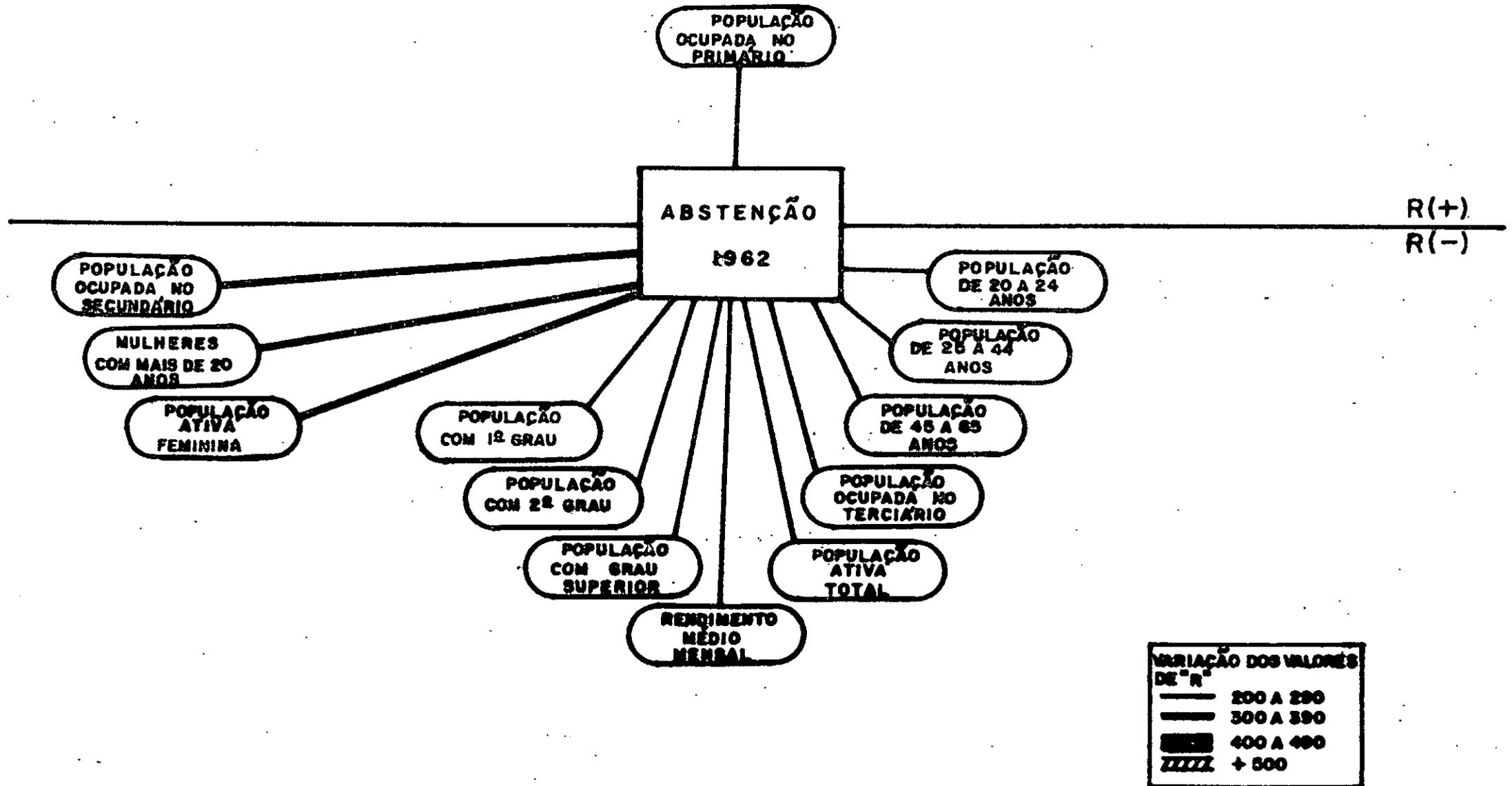


Figura II

CORRELAÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS ENTRE A ABSTENÇÃO E AS VARIÁVEIS SOCIO-ECONÔMICAS NA ELEIÇÃO DE 1974 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

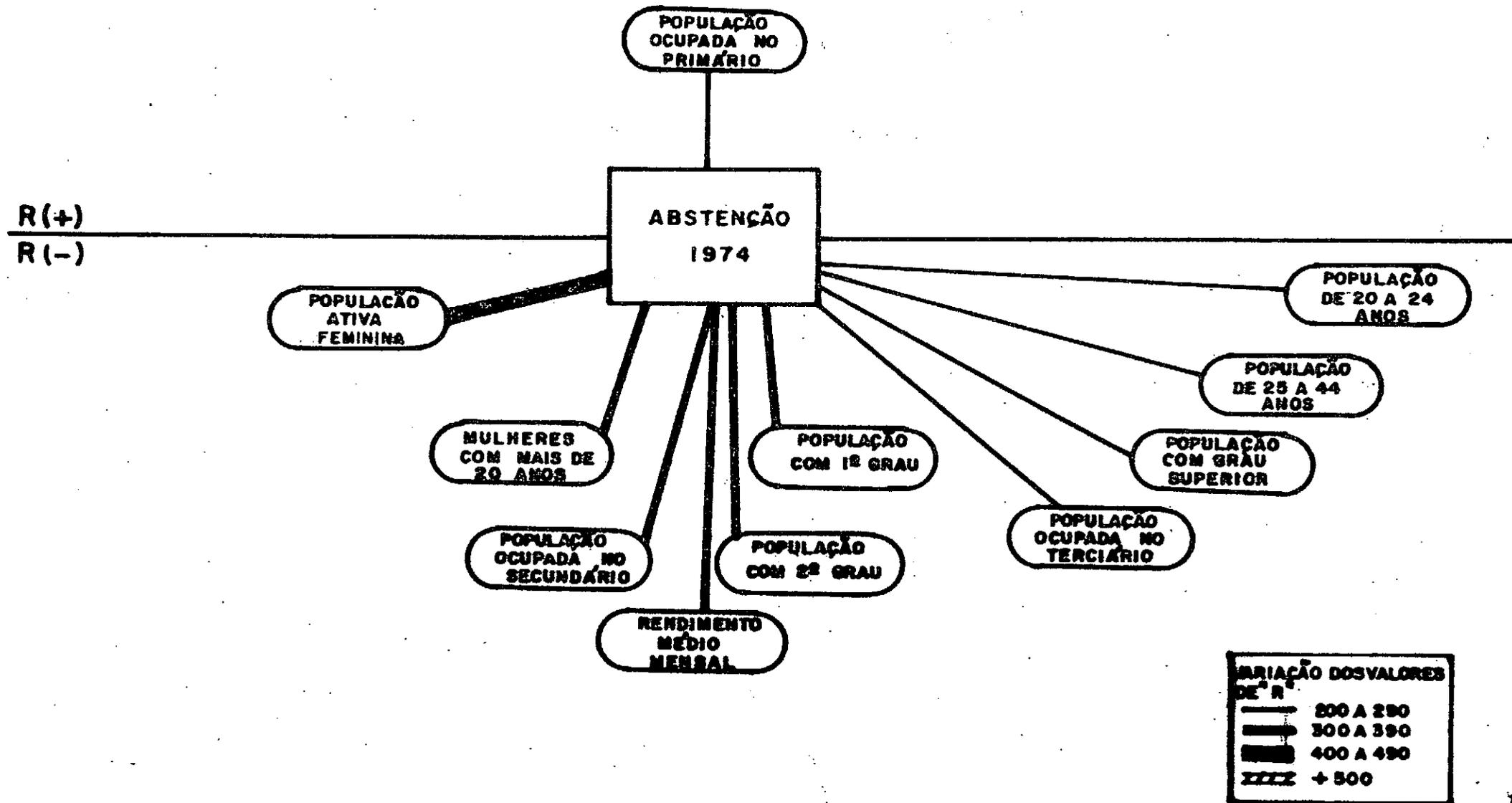


TABELA III

ÍNDICES DE CORRELAÇÃO ENTRE A ABSTENÇÃO E AS VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS NAS ELEIÇÕES DE 1962 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Correlações Negativas

<u>Variáveis</u>	<u>Valores de "R"</u>
População ativa feminina	-.380
Mulheres com mais de 20 anos de idade	-.370
População ocupada no secundário	-.330
População entre 45 e 65 anos de idade	-.290
População entre 20 e 24 anos de idade	-.270
População ativa total	-.260
População com 1º grau	-.260
Rendimento médio mensal	-.230
População com 2º grau	-.230
População com nível superior	-.220
População entre 25 e 44 anos de idade	-.200
População ocupada no terciário	-.200
População com mais de 66 anos de idade	-.120
População não católica	-.050

Correlações positivas

População ocupada no primário	+.210
População com menos de cinco anos no Estado e mais de 20 anos de idade	+.170
População entre 15 e 19 anos	+.170

TABELA IVÍNDICES DE CORRELAÇÃO ENTRE A ABSTENÇÃO E AS VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS NAS ELEIÇÕES DE 1974 NO ESTADO DO RIO DE JANEIROCorrelações Negativas

<u>Variáveis</u>	<u>Valores de "R"</u>
População ativa feminina	-.410
Mulheres com mais de 20 anos	-.390
População com 2º grau	-.360
População com 1º grau	-.320
População ocupada no secundário	-.320
Rendimento médio mensal	-.300
População entre 20 e 24 anos de idade	-.290
População ocupada no terciário	-.290
População com nível superior	-.240
População entre 24 e 44 anos de idade	-.220
População com mais de 66 anos de idade	-.180
População entre 45 e 65 anos de idade	-.160
População entre 15 e 19 anos de idade	-.110
População ativa total	-.100

Correlações Positivas

População ocupada no primária	+.290
População não católica	+.190
População com menos de 5 anos no Estado e mais de 20 anos de idade	+.180

sentam uma coerência bastante grande com as afirmações do corpo teórico existente. A única associação direta que surgiu (população ocupada em atividades primárias) evidencia bem os componentes, dificuldade de votare desinformação da abstenção. Os dados obtidos levam a crer que no Brasil a baixa escolaridade geral das pessoas ocupadas nas atividades primárias e a distância que muitas vezes os separa dos centros difusores de informação e até mesmo dos locais de votação, fazem com que deixem de votar. Ou seja, quanto maior for o seu efetivo, maior tenderá a ser a abstenção. De maneira semelhante, mas em direção oposta, os dados também parecem insinuar que a maior escolaridade, o nível mais alto dos rendimentos, a maior participação da mulher no mercado de trabalho, o maior percentual de população adulta e o maior efetivo de população urbana (aqui representado pelas pessoas ocupadas no secundário e no terciário), ou seja as pessoas mais preparadas e com mais acesso às informações, tendem a reduzir o nível de abstenção. Se, por um lado, é possível ver a lógica das correlações, por outro é impossível ou pelo menos é difícil em decorrência dos dados disponíveis explicar a variação da intensidade dos coeficientes de correlação de uma variável para outra. As únicas explicações possíveis são as obtidas em estudos desenvolvidos com outro tipo de dados conseguidos através de surveys e que assim mesmo algumas vezes não contraditórios, dependendo da região onde o trabalho foi realizado. Assim, por exemplo, alguns autores consideram sexo e idade como importantes condicionantes do voto (Lamounier, 1978), enquanto outros pensam que as duas variáveis apresentam fraca associação com a preferência partidária (F.W. Reis, 1978). Além disso, há que se ter muito cuidado com qualquer extrapolação definitiva das explicações das correlações encontradas nestes estudos para as correlações com a abstenção. A maioria destes trabalhos trata da correlação do comportamento eleitoral com variáveis sócio-econômicas, mas no que diz respeito a determinação da direção do voto partidário, isto é daqueles que realmente compareceram às urnas. Nada impede porém que ao se encontrar coeficientes de correlação significativos da abstenção com as características da população, ainda que com base em dados agregados se levante a hipótese de que a explicação da intensidade desta correlação é a mesma da correlação dos votos válidos com estes indicadores, partindo, é óbvio, do pressuposto de que o abstencionismo é também uma forma de comportamento eleitoral. Assim a emergência de uma correlação indireta mais significativa da abstenção com as variáveis população ativa feminina e mulheres com mais de vinte anos em 1962 e especialmente em 1974 parece ratificar a afirmação corrente de que sexo é uma variável explicativa importante, pois evidencia tendências originárias dos diferentes papéis desempenhados na estrutura social e na divisão social do trabalho. Desta forma, quanto maior o número de mulheres adultas e maior o número daquelas que participam do mercado de trabalho, menor parece ser a tendência para a abstenção. Segundo Farias (1970) "uma crescente parti

cipação das mulheres na força de trabalho pode ser indicativa de um processo mais amplo de participação social e de modernização das mulheres com repercussões sobre o alinhamento político feminino".

As outras variáveis que apresentaram também uma correlação indireta razoavelmente significativa com a abstenção foram o percentual de pessoas ocupadas no secundário e terciário. Na verdade, não há na literatura brasileira específica nenhuma explicação esclarecedora para esta correlação. Não é despropositado porém a explicação de que esta associação mais intensa entre os dois fatos esteja relacionado com a maior consciência da importância da participação na vida política em função de sua melhor qualificação profissional e por estarem melhor informados, pois residem regra geral, pela própria natureza da atividade que desempenham em meio urbano. A correlação indireta mais significativa como a variável escolaridade, especialmente no ano de 1974, teoricamente explicado pelo fato de que o nível de instrução possibilita a posse de um maior número de informações políticas, parece existir, mas de forma imperfeita desde que sua expressividade varia de um período para o outro. A associação indireta em ambas as eleições, ainda que com pouca significância, das variáveis etárias com a abstenção, provavelmente está ligada à memória da vida política anterior e em decorrência uma participação deliberadamente mais intensa, donde quanto maior o efetivo de pessoas adultas, menor a tendência para o abstencionismo. Finalmente, no que diz respeito à correlação indireta entre rendimento e a abstenção, os resultados obtidos em ambos os pleitos parecem confirmar que a informação política e privilégio até certo ponto dos estratos mais altos da população ainda que muitos especialistas no assunto discordem deste ponto de vista (Lamounier, 1978).

Considerações Finais

É necessário ressaltar porém que, embora plausível o impacto específico destas variáveis sobre o abstencionismo, não pode ser claramente definido, pois o tipo de dados utilizados não permite tal exercício. Ainda assim, no entanto, considerando-se a escala de análise de trabalho, pode-se afirmar que foi possível ter-se, pelo menos, uma idéia do comportamento individual global no que diz respeito à abstenção no Estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, cremos ainda que a análise forneceu informações básicas de grande utilidade para a validação de estudos feitos com surveys, além de sugerir hipóteses e questões para futuras pesquisas.

NOTAS

1. Nos mapas relativos às eleições de 1962 e 1974 no Estado do Rio de Janeiro adotaram-se classes de variação do percentual de abstenção com os seguintes limites: a primeira compreendendo os percentuais com 50% acima da média estadual; a segunda com percentuais entre 50% e 5% acima da média estadual; a terceira com percentuais entre 5% acima da média até 5% abaixo da média estadual; a quarta com percentuais de 5% a 50% abaixo da média estadual e a quinta com percentuais com mais de 50% abaixo da média estadual.
2. Para um conjunto de 60 unidades de análise o coeficiente de correlação só tem significância, para um nível de probabilidade de acerto de 95% (Distribuição "t" de Student) com valores acima de 0,200.

A N E X O IElenco de Variáveis Independentes Seleccionadas

1. População de 16 a 19 anos (%)
2. População de 20 a 24 anos (%)
3. População de 25 a 44 anos (%)
4. População de 45 a 65 anos (%)
5. População com mais de 66 anos (%)
6. Número de mulheres com mais de 20 anos para cada 100 habitantes
7. População com escolaridade de 1º grau (%)
8. População com escolaridade de 2º grau (%)
9. População com escolaridade de nível superior (%)
10. População ocupada nas atividades primárias (%)
11. População ocupada nas atividades secundárias (%)
12. População ocupada nas atividades terciárias (%)
13. População com menos de cinco anos de residência no Estado e mais de 20 anos (%)
14. Rendimento médio mensal
15. População ativa (%)
16. População ativa feminina (%)
17. População não católica (%)

BIBLIOGRAFIA

- CAPECCHI, V. e GALLI, G. - "Determinants of voting behavior in Italy: a linear causal model of Analysis" - em "Social Ecology" - Ed. por M. Dogan e S. Rokkan - Massachusetts, MIT Press - 1969.
- COX, Kevin R. - "Social relational analysis as a behavioral model in geographical research" - Columbus, Ohio. Apostila da Ohio State University - 1966 - 16 pgs.
- ELDERSVELD, S.J. e APPLGATE, A.A. - "Michigan's recounts for governor, 1950 and 1952: a systematic analysis of election error". Ann Arbor: Bureau of Government, University of Michigan, 1954.
- FARIAS, Wilmar - "As eleições de 1974 no Estado de São Paulo: uma análise das variações inter-regionais" em "Os partidos e as eleições no Brasil" org. por Lamounier, B. e Cardoso, F.H. - São Paulo - Ed. Cebrap - Paz e Terra - 1978.
- GASPAR, J. e VITORINO, N. - "As eleições de 25 de abril - geografia e imagem dos partidos" - Lisboa: Ed. Livros Horizonte - 1976.
- GASPAR, J. - "L'abstention electoral au Portugal" - Trabalho apresentado no Covegno Internazionale Sull'Astensionismo Elettorale" - Università de de Pavia - 7 a 9 de janeiro de 1982 - Itália.
- GASPAR, J.; ANDRÉ, I e HONÓRIO, F. - "As eleições para as câmaras municipais" (Lisboa: Instituto de Pesquisa Social Damião Gois - 1982).
- GRAY, Vermont - "Political and social structures as determinants of voter participation: a comparative study of American cities" - Tese de doutorado apresentado na Universidade de Massachusetts - USA.
- LAMOUNIER, Bolivar - "Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente" em "Os partidos e as eleições no Brasil", org. por Lamounier, B. e Cardoso, F.H. - (São Paulo: Ed. Cebrap - Paz e Terra - 1978).
- LAMOUNIER, Bolivar - "O voto em São Paulo, 1970-1978" em "Voto de desconfiança" org. por Lamounier, B. (São Paulo: Ed. Vozes - 1980).
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de - "Pluralism, authoritarianism and political participation: parties and elections in Brazil - 1945/1978". IUPERJ - Série Estudos nº 5 Agosto - 1982.
- KERLINGER, Fred N. - "Foundations on behavioral research" (New York: Ed. Holt and Winston - 1966).
- OLDS, E.B. e SALMON, D.W. - "St. Louis voting behavior study" - (St. Louis Metropolitan St. Louis Census Committee of the St. Louis Chapter of Americal Statistical Association - 1948).

- RANNEY, Austin - "The utility and limitations of aggregate data in the study of electoral behavior" em "Essays in the behavioral study of politics". Ed. por Ranney, A. (Urbana - University of Illinois Press - 1962).
- REIS, Fábio Wanderley - "Classe social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora" em "Os partidos e o regime", org. por Reis, F. W. (São Paulo: Ed. Símbolo - 1978).
- ROBERTS, M.C. e RUMMAGE, K.W. - "Spatial variations in urban left-wing voting in England and Wales in 1951 - Annals of Association of American Geographers - vol. 55 - nº 1 (Março - 1965), pgs. 39 a 57.
- ROBINSON, W.S. - "Ecological correlations and the behavior of individuals" - American Sociological Review - nº 15 - 1950 - pgs. 351-57.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de - "Estado e partidos no Brasil (1930 a 1964)" - (São Paulo: Ed. Alfa-Omega Ltda. - 1976).